



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – N° 1
Janeiro-Março/2023
ISSN: 2965-2235

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

Economia: para acabar com a arquitetura da destruição e voltar à civilização

*Fernando Roberto de Freitas Almeida**

A primeira reunião ministerial do terceiro governo Lula, em 6/1, mostrou a complexidade da nova administração, responsável por reconstruir o país, após quatro anos de destruição deliberada de mecanismos da administração pública, em todas as áreas. Muito da tradição do partido vitorioso em 2022, ao ocupar a esfera federal, era admirado mundialmente, em especial nas áreas de Saúde e da preservação ambiental, além dos sucessos no combate à fome e às desigualdades, de sua política externa “altiva e ativa”. Internamente, também, por não romper regras aceitas pelo “mercado”.

Um balanço dos títulos de livros de não-ficção publicados no Brasil, em 2022 apontou que a maior parte deles, de jornalismo investigativo, referiu-se ao movimento que levou Jair ao poder, relatos de um universo paralelo, de horror. Um balanço das redes sociais pós-eleição, também mostrou acentuado decréscimo das citações a Bolsonaro, com rápida evolução positiva das citações referentes a Lula. Imediatamente, mundo afora, chefes de Estado e de governo, além da grande imprensa começaram a saudar que “o Brasil voltou”.

Dois dias depois, em 8/1, a extrema direita mostrou ter sido apenas derrotada em processo eleitoral – derrota não aceita, aliás - e continuar mantendo capacidade de mobilização, visando a registrar que continuará atuando, agressivamente. Tratou-se de uma associação de movimentos fascistas diversos, mantidos por empresários incapazes de aceitar a volta de um governo com preocupações voltadas a questões sociais. Contaram com cobertura de militares de formação autoritária, incapazes de sair de um pensamento binário, típico da Guerra Fria, resultado de nunca se ter reformado os currículos das escolas das Forças. O apoio de políticos eleitos com discursos de ódio e de lideranças religiosas não poderia faltar, com associação com defensores do crime organizado. Para a retirada da extrema direita foi necessário articular uma frente muito ampla, agregando a direita pretensamente não simpatizante do fascismo e, inevitavelmente, abarcando partidos-balcões de negócios. De fato, são a maioria. Estes haviam aceitado bem os retrocessos nas três grandes áreas de políticas públicas fundamentais ao desenvolvimento do país: Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática, e Defesa da Democracia e

Reconstrução do Estado e da Soberania, além da declaração orgulhosa do chanceler bolsonarista, de nos termos tornado párias no sistema internacional.

O governo Lula divulgou um Relatório de Transição minucioso, apresentando uma “radiografia do desmonte do desmonte do Estado e das políticas públicas”. Políticas públicas de Saúde (cortes no orçamento para 2023 da ordem de R\$ 10,47 bilhões), Previdência e Assistência Social, Educação (sequer contratou a impressão de livros didáticos para 2023), e várias outras, foram “desfinanciadas”. Contudo, o teto de gastos, definido por Temer (incrivelmente congelando gastos públicos por 20 anos) foi ultrapassado cinco vezes, na gestão de Paulo Guedes, gerando dispêndios no valor de cerca de R\$ 800 bilhões. Inicialmente alegados como necessidades da pandemia, logo se apresentaram descaradamente como armamento pesado para a sustentação política de Bolsonaro, com vistas à sua reeleição. O Relatório tratou, em seções e subseções específicas, de Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos, Educação, Saúde, Trabalho, Previdência Social, Cultura, Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, Juventude, Povos Indígenas, Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Infraestrutura, Comunicações, Ciência, Tecnologia e Inovação, Minas e Energia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente, Centro de Governo, Planejamento, Orçamento e Gestão, Justiça, Transparência, Integridade e Controle, Participação Social, Comunicação Social, ao fim do documento, Relações Exteriores, Em todas essas áreas, o legado é de terra arrasada e a fusão de ministérios importantes num Ministério da Economia agigantado, sob direção do economista ultraliberal Paulo Guedes foi um dos principais fatores para que Bolsonaro até pudesse apresentar um *slogan* oposto ao dos anos JK: “recuar 40 anos em quatro”.

Conseguiu-se, mediante muita negociação e habilidade, a aprovação de uma “PEC da Transição”. Seria necessário atender demandas evidentes, cumprir as promessas de campanha e, principalmente, ter condições de governar, sem ultrapassar o famigerado “teto de gastos”, uma missão impossível. Aprovada a PEC (PEC 32/22), pôde ser anunciada a volta do Bolsa Família (renomeada pelo governo anterior como Auxílio Brasil, com um adicional de R\$ 150,00 por criança de até seis anos, buscar aumentar o salário-mínimo, em termos reais (o verdadeiro grande motivo da ampliação do mercado interno nos governos anteriores do PT) e o repasse de recursos para as áreas sociais, como o Farmácia Popular, Auxílio Gás e o reforço à merenda escolar, entre outros Assim, a PEC promoveria mudança no texto constitucional, eliminando a possibilidade de tais atos serem considerados irregulares, liberando R\$ 145 bilhões. Foi aprovada na forma

de um substitutivo do relator, um deputado do União Brasil. Segundo o portal da Câmara dos Deputados:

De acordo com o texto, o espaço orçamentário não valerá para 2024 como constava da PEC original de autoria do Senado. Outra alteração feita decorre do acordo entre as lideranças partidárias e o governo eleito para alocar os recursos das emendas de relator-geral do Orçamento 2023, consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nesta segunda-feira (19). Pelo acordo, esses recursos serão rateados entre emendas individuais e programações de execução discricionária pelo Executivo (de execução não obrigatória). Segundo o texto aprovado, o relator-geral poderá apresentar até R\$ 9,85 bilhões em emendas para políticas públicas (50,77% dos R\$ 19,4 bilhões das emendas de relator consideradas inconstitucionais). A outra metade foi direcionada para emendas individuais, que passam de R\$ 11,7 bilhões em 2023 (R\$ 19,7 milhões por parlamentar) para cerca de R\$ 21 bilhões. Daqui em diante, o valor global também aumenta, de 1,2% da receita corrente líquida da União para 2%. Entretanto, a divisão não será mais igualitária entre senadores e deputados. A Câmara ficará com 77,5% do valor global das emendas individuais; e o Senado, com 22,5%. O texto da PEC 32/22 também dispensa o Poder Executivo de pedir autorização do Congresso para emitir títulos da dívida pública para financiar despesas correntes nesse montante de R\$ 145 bilhões no próximo ano, contornando a chamada “regra de ouro”. Os recursos ficarão de fora ainda da meta de resultado primário. Segundo o senador Marcelo Castro (MDB-PI), primeiro signatário da PEC e relator-geral do Orçamento para 2023, R\$ 70 bilhões serão destinados ao Bolsa Família, que retorna no lugar do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 por mês mais uma parcela adicional de R\$ 150 para cada criança de até seis anos em todos os grupos familiares atendidos pelo programa. O valor adicional complementa o montante já constante do Orçamento, que daria para pagar um benefício de R\$ 405 no próximo ano. Os outros R\$ 75 bilhões, segundo o relator, poderão ir para despesas como políticas de saúde (R\$ 16,6 bilhões), entre elas o programa Farmácia Popular e o aumento real do salário-mínimo (R\$ 6,8 bilhões). Ações diretamente voltadas a políticas públicas para mulheres, como combate à violência doméstica e familiar, deverão constar no uso dessa margem aberta (Agência Câmara de Notícias)

A discussão das diversas propostas para reformas passará por lideranças na Câmara e no Senado herdadas da gestão anterior, num cenário de ameaças à governabilidade, por parte da Câmara. Claro que temas essenciais à retomada do desenvolvimento puderam voltar a ser discutidos com seriedade, embora venham demandar, igualmente, embates acirrados sobre reformas, como a tributária. Sendo um governo de frente ampla, ministérios estratégicos foram entregues a políticos não comprometidos com um necessário ideário desenvolvimentista, que se volta a discutir. Lideranças como Simone Tebet, no Planejamento e o próprio vice-presidente, também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, estarão colocados a discutir

com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, do PT, aliás também propenso a não se atritar com o “mercado”. Em razão de sérios condicionamentos criados por este mesmo “mercado”, desde o golpe contra Dilma Rousseff, Haddad precisa lidar com a “independência” do Banco Central, sob direção de um técnico-financista que se alinhava em redes sociais ao bolsonarismo. Os posicionamentos do ministro da Fazenda não são tão incisivos quanto se esperaria do detentor de cargo de tamanho peso. A taxa de juros brasileira, diante da inflação relativamente baixa e das condições macroeconômicas do país espanta analistas de todo o mundo. Não se vislumbra como reverter essa “autonomia” do Bacen, que, de fato, existe relação aos interesses do eleitorado vitorioso. Lembrando: em relação ao pleito de 2018, o PT conquistou mais 13,3 milhões de votos e Bolsonaro apenas mais 403 mil. A mudança em práticas que a grande imprensa trata como estritamente técnicas, será lenta e dificultada pelos representantes eleitos do capital. Regras fiscais mais favoráveis à adoção de novas políticas precisam ser construídas paulatinamente. Destaque-se que o crédito muito caro já incomoda diversos agentes financeiros e o comércio, em geral, levando a desgaste do neto de Roberto Campos, que permanecerá no cargo. Outra iniciativa importante e necessária, a de reduzir benefícios fiscais a grandes grupos, é sempre complicada a qualquer governante que queira racionalizar situações frequentemente absurdas.

Âncora fiscal ou ajuste fiscal, agora com o nome de “arcabouço fiscal”, é discussão emergencial e, passados três meses da posse, negociam-se não só as condições de governo para 2023, mas também a LDO para 2024. Despesas previstas em R\$ 172 bilhões acima do teto estão condicionadas à aprovação deste “arcabouço”. Manter a meta de inflação em 3,25%, com tolerância de 1,75% é algo que se discute, sabendo-se que não será atingida, nem agora, e dificilmente no próximo ano. A dívida pública bruta federal, conforme proposta encaminhada ao Congresso, em abril, será de 77,7%, em 2024, 78,25% em 2025 e 79,3% em 2026. Percentual administrável e baixo, em níveis internacionais, mas ascendente. Outra grande preocupação são os precatórios. Foram postergados, para facilitar os gastos visando à reeleição de Bolsonaro, e poderão aumentar agora em mais de R\$ 100 bilhões e, ao longo do governo Lula, atingirem R\$ 460 bilhões.

No que se refere ao comércio exterior, o mês de março registrou o maior saldo da Balança Comercial na história (US\$ 11,1 bilhões) e a CNI projeta superávit de US\$ 55,7 bilhões em 2023. O fato de o agronegócio, em geral apoiador do bolsonarismo, estar à frente das exportações, é fonte de tensões políticas. Neste campo, o retorno da

diplomacia presidencial, além de permitir melhores negócios, também vem permitindo captar fortes investimentos, em especial do maior parceiro comercial, a China.

Deve-se observar que a campanha para derrotar a extrema-direita criou expectativas amplas, recolocando discussões necessárias, como a taxaço de grandes fortunas, e as demandas dos movimentos sociais no campo, tabus, para o Congresso e, claro, para todos os grandes meios de comunicaço.

Embora tudo ainda esteja sendo negociado, o envio de proposta de reajuste do salário-mínimo em 5,2% para 2024, ou seja, sem ganho real, acarretará ônus político evidente. Frustraço es que não deixarão de ser magnificadas de modo oportunista pela mídia, e já aparecem na segunda pesquisa de opinião do Ipec, sobre o governo não ter feito tudo que dele se esperava. É preciso atentar para todas as sinalizaço es possíveis à populaço es. Administrar frente amplíssima dará muito trabalho.

*Economista, Doutor em História Política (UERJ) e Professor do INEST-UFF. E-mail: fernandoroberto@id.uff.br